FUTUR

PROGRAMA DE GOVERNO PSOL TOCANTINS 2022



UM FUTURO DE DIREITOS PARA OS TOCANTINENSES

O Estado do Tocantins é o mais novo dentre os 26 estados do Brasil, e tem, até o presente momento, uma história de contraste entre um povo constituído de mulheres e homens trabalhadores, cheio de sonhos e coragem para realizá-los, e, ao mesmo tempo, instabilidade política, corrupção e descaso com esse povo por parte dos governantes. Esse povo em toda sua diversidade e potencial almeja paz e a dignidade de uma vida justa.

Nesse momento de profundo sofrimento em razão da fome, pobreza, carestia e rebaixamento das condições de vida, propomos ações emergenciais. Para a re-construção e avanço da qualidade de vida dos tocantinenses propomos não apenas um modelo de gestão da máquina pública em um mandato, mas a construção de um projeto de longo prazo junto com a população tocantinense, hoje, pelo direito à moradia, à comida de qualidade na mesa, à saúde, a emprego digno, educação conectada com as urgências do nosso tempo, à cultura, lazer e ao meio ambiente conservado para as próximas gerações: pelo direito ao futuro!

Equipe PSOL Tocantins



POR UMA ECONOMIA DO A SERVIÇO DOS TOCANTINENSES

Com o intuito de contribuir para a formulação de um novo projeto econômico, mais inclusivo, ambientalmente responsável e que recupere o crescimento econômico com geração de empregos, apresentamos o conjunto de propostas a seguir. As propostas visam contribuir para a construção de uma saída para a crise no econômica no estado a curto prazo e a construção de outras medidas estruturantes: Desenvolver programas de Geração de Emprego e Renda e fomentar a centralidades de bairro, apoiando ações de desenvolvimento local e iniciativas populares de economia solidária, criativa, ecológica e circular.

Pactuar um plano de incentivos públicos - em qualificação profissional e infraestrutura - de forma que estejam alinhados e dialogados com os compromissos de investimentos empresariais, criando assim sinergias entre a oferta de trabalho qualificado com a demanda por mão de obra específica. Fortalecer a economia solidária e a agroecologia, por meio de ações estruturantes de investimentos em meios de trabalho, qualificação, assessoria técnica e estímulo a sua integração e organicidade, com a criação de um

Instituto de Transição Agroecológica Solidária.

Negociação emergencial da dívida das famílias: é preciso a renegociação das dívidas das pessoas superendividadas de forma a garantir um mínimo existencial para elas; estabelecer prazos de carência, taxas de juros menores e parcelamentos amplos; perdão parcial ou redução do estoque da dívida para os trabalhadores desempregados e de menor renda e possibilidade de renegociação ampla das dívidas dos microempresários cadastrados no SIMPLES, com anistia dos juros e multas.

Fortalecer as feiras populares, em especial da agricultura familiar e do pequeno produtor, inclusive evoluindo para a criação de um mercado municipal permanente;

Considerar e potencializar as vocações das regiões e suas particularidades, como centro logístico de serviços, do turismo e de um circuito anual de eventos.

CRESCIMENTO ECONÔMICO E ECO-NOMIA SOCIOAMBIENTAL

Investimentos em infraestrutura geram respostas rápidas nas taxas de emprego, se constituindo em elemento relevante para uma retomada mais rápida do crescimento. Neste sentido propõe-se:

Retomada imediata dos investimentos

-se pela transparência no uso destes ticipação das populações tradicionais recursos, bem como da implantação que vivem nos territórios impactados dos projetos já existentes, respeitando pelas políticas de desenvolvimento incom rigor a legislação ambiental e os dustrial. povos tradicionais.

sociedade civil.

Criação de programa estadual para o nos fornecedores locais.

POLÍTICA INDUSTRIAL, POLÍTICA ENERGÉTICA

dutivo tecnologicamente sofisticado científica, tecnológica e de inovação deve estar atrelado também a políti- com vistas a implementar uma econocas para o fortalecimento das cadeias mia de baixo carbono. agroindustriais e industriais de pequena escala, sobretudo como forma de Criar um plano estadual para o fomenaumentar a interiorização da atividade to da produtividade de pequenas e industrial e descentralizar a atividade médias empresas, cooperativas e aseconômica do estado da monocultura. sociações, ampliando o crédito dire-Estabelecer os marcos para a cons- cionado. trução de uma nova política de desenvolvimento industrial para o Tocantins, através da criação de um conselho, para a sua formulação que envolvam as associações representativas dos trabalhadores da indústria e dos profissionais da área de ciência e tecnolo-

estaduais em infraestrutura, prezando- gia; bem como sejam garantidas a par-

Definir eixos de atuação das políticas Estruturação de um órgão para elabo- de desenvolvimento produtivo, voltarar continuamente projetos de inves- dos para a solução de problemas histimentos em infraestrutura, com par- tóricos no Tocantins, como mobilidade ticipação dos órgãos de classe e da urbana, escassez de bens de consumo coletivo, saneamento básico, crise ambiental e saúde pública.

desenvolvimento e aprimoramento da Criar uma estratégia estadual para a infraestrutura das escolas estaduais ampliação do investimento em infraesde forma descentralizada, com ênfase trutura, com ampliação do investimento público e interligada à construção de uma política para compras públicas e encomendas tecnológicas.

Definir metas de médio prazo e diretri-O desenvolvimento de um setor pro- zes para a construção de uma política



UM PROGRAMA PARA E COM AS MULHERES TOCANTINENSES

A abordagem da questão das mulheres considerará toda sua diversidade, observando a paridade nas instâncias de formulação, planejamento e execução da política urbana e no campo, além de outras medidas como a garantia de vagas em creches para atender a demanda especialmente de pessoas que precisem trabalhar e/ou estudar, o efetivo combate à violência contra a mulher, apoio, integração e investimentos na implantação de atendimento e acolhimento das mulheres e criação de políticas efetivas para garantir moradia, saúde, assistência e geração de renda, segurança nos espaços de lazer e educação. O avanço da dignidade e autonomia salarial das mulheres passa por uma reforma na concepção da lógica dos cuidados, seja na distribuição de tarefas familiares e de reprodução da vida, seja na participação do Estado através de políticas públicas que permitam a mulheres, sobretudo mães, dedicarem tempo ao lazer e à formação educacional e profissional. Portanto, é necessário estabelecer pontos primordiais, como:

1) Educação sexual em unidades escolares e de saúde básica, incluindo regiões rurais e comunidades tradicionais, abordando a prevenção à violência sexual, doméstica e de gravidezes precoces ou indesejadas. Saúde reprodutiva para além da lógica materno infantil e assegurando a escolha ou abstenção do uso de contraceptivos.

- 2) Dignidade menstrual para pessoas em vulnerabilidade social.
- 3) Acesso a contraceptivos e aborto legal pelo SUS e a ampliação de hospitais de referencia para este serviço.
- 4) Assegurar o Aborto previsto na legislação de forma segura.
- 5) Criação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres;
- 6) Fortalecer as Políticas Públicas para as mulheres em sua diversidade, garantindo a efetivação de um Plano Estadual para os Direitos das Mulheres;
- 7) Ampliar as políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades, enfatizando: o enfrentamento à violência contra as mulheres sejam as violências institucionalizadas ou a violência doméstica e intrafamiliar;
- 8) Capacitar de forma contínua as/os profissionais do sistema de segurança pública, do SUS, do SUAS, da Educação, e outros;
- 9) Construir, fomentar e divulgar periodicamente indicadores sociodemográficos, quantitativos e qualitativos, sobre temas tais como saúde, segurança pública, educação, assistência social levando em consideração a diversidade das mulheres com relação a raça e etnia e diversidade sexual:
- 10) Garantir a efetivação da igualdade

mulheres dos povos tradicionais, indígenas, campesinas, imigrantes e refugiados;

12) Colaborar na regularização dos territórios dos povos indígenas e quilombolas e sugerir que a titularização das terras seja em nome das mulheres;

13) Criar e implementar a nível Estadual o Programa Nacional de Capacitação e Formação Política para as mulheres com vistas a fomentar a ampliação e fortalecimento das mulheres nos espaços de poder e decisão, assegurando a formação política para as mulheres em suas comunidades, de forma inclusiva e sob responsabilidade dos movimentos sociais, partidos políticos e do Estado. Esta formação deve privilegiar abordagens sobre o empoderamento das mulheres;

14) Elaborar projetos e programas de caráter permanente que visem estimular a participação das mulheres na gestão de políticas públicas nos cargos de liderança, nas entidades representativas, movimentos sociais, nos conselhos e associações;

15) Criar fóruns permanentes de mulheres, com encontros itinerantes e sistêmicos, para a discussão de pautas para o enfrentamento das desigualdades de gênero, formação política e estímulo à presença e à participação ativa das mulheres em espaços de poder, observando-se os marcadores relacionados a questão étnica, racial, orientação sexual e identidade, territorialidade, deficiência e outros;

16) Garantir a criação de mecanismos

de igualdade de cargos e salários na administração Estadual para ambos os gêneros;

17) Concretizar os projetos de construção da Casa da Mulher Brasileira no Estado e aprimorar a proteção às mulheres em situação de violência e os mecanismos da rede estadual que contribuam para efetivação da aplicação da lei Maria da Penha;

- 18) Garantir moradia popular para as mulheres chefe de família;
- 19) Criar cotas de habitação para mulheres vítimas de violência;
- 20) Apoiar projetos para capacitação de profissionais da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência, considerando as especificidades das Mulheres Rurais, Quilombolas, de Matriz Africana, Ciganas, Indígenas, Mulheres Negras, Mulheres com Deficiência, Mulheres lésbicas e bissexuais, transexuais, Mulheres Idosas e Profissionais do Sexo;
- 21) Garantir programas de promoção de cursos profissionalizantes para mulheres em presídios, abrigos e casas de recuperação;
- 22) Promover debates sobre a reformulação dos planos municipais e estaduais de educação e promover a inclusão de educação anti sexista, anti lesbofóbica e anti racista, de acordo com os marcos legais;
- 23) Contribuir nas estratégias de valorização de profissionais da Rede de Educação, conforme a Lei Federal 11.738/2008, garantindo oportunidades de capacitação e conscientização so-

bre direitos humanos e de cidadania, relações de gênero e questões raciais/ étnicas, de modo que seu aprendizado se aplique na pedagogia escolar e enriqueça as interações com as famílias e comunidades.

24) Criação de restaurantes comunitários geridos por cooperativas locais com unidade campo-cidade como medida emergencial de enfrentamento à fome e geração de renda.

25) Criar o Programa de Reconhecimento de Tempo de Serviço por Trabalhos de Cuidado, em que os períodos dedicados ao cuidados doméstico sejam contabilizados para aposentadoria, sendo aptas a reclamar os benefícios pessoas responsáveis pela manutenção dos cuidados com a casa da família e responsáveis pelos cuidados com as crianças, pessoas com deficiência e dependentes por condição de saúde e mães beneficiárias de programas assistenciais parentais.

MULHERES CAMPONESAS

A área rural estadual deve ser concebida como diversa - indígenas, sem terras, assentadas da reforma agrária, extrativistas, quebradeiras de coco, trabalhadoras assalariadas, agricultoras, meeiras, quilombolas, pescadoras- que necessitam de políticas emergenciais e um plano agroecológico.

 Acesso à terra e defesa do território camponeses e tradicionais, erradicação da destruição ambiental e racista derivada da mineração, hidrelétricas e agronegócio.

26) Criar secretarias especiais no estado, que possam construir junto com as mulheres rurais políticas públicas de fortalecimento da organização econômica.

27) Retomar e ampliar a Política Nacional de Agroecologia e a aprovação imediata do Programa para banir o uso de agrotóxicos.

28) Assistência técnica e extensão rural específica para as mulheres com fundamento agroecologico e economia solidária feminista.

29) Criar política pública de conservação e resgate de sementes crioulas.

30) Crédito e fomento à produção das mulheres rurais.

VIDAS NEGRAS IMPORTAM: A LUTA ANTIRRACISTA É ESTRATÉGICA

O racismo é um dos alicerces da exploração e da opressão no Brasil, reafirmamos o compromisso estratégico do Psol com a luta antirracista e nos colocamos como instrumento útil para dar visibilidade às reivindicações e pautas do movimento negro. Por isso neste ponto nos somamos a agenda de exigências ao Estado Brasilero elaborada pela Coalizão Negra por Direitos:

 A erradicação da pobreza, enfrentamento às políticas neoliberais e ao desmonte do Estado de Direitos, bem como o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais e a distribuição equitativa de recursos públicos;

- 2. O fim do desemprego, do subemprego e da precarização do trabalho da população negra, a inserção de mulheres negras e homens negros no mercado de trabalho decente, livre de discriminação racial, com igualdade salarial, garantia de direitos trabalhistas, assistência e previdência social, bem como a promoção da geração de renda e acesso a crédito;
- 3. A garantia de direitos trabalhistas, assistência e previdência social às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos e informais e a valorização do salário mínimo;
- 4. A defesa dos direitos humanos, sociais e políticos da população em situação de rua, de ampla maioria negra em todo país, e das pautas defendidas por seus movimentos, na exigência de garantia de políticas públicas de proteção contra a criminalização e a violência; de garantia de integração real à sociedade a partir da inclusão no processo de recenseamento, oferta de moradia e emprego, socialização de egressos do sistema carcerário e saúde pública para dependentes químicos;
- 5. A garantia do direito à creche, essencial às crianças e às mães trabalhadoras;
- 6. Garantia do direito e preservação da infância negra, que permita que meninas negras e meninos negros tenham o direito de ser crianças; combate a todo e qualquer processo de uso de estere-

- ótipos, criminalização, sexualização e exploração do trabalho infantil; Enfrentamento às tentativas de redução da maioridade penal; Defesa contundente do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- 7. A luta pela manutenção da vida de negras e negros e a busca pela liberdade efetiva dos nossos corpos, o que inclui assegurar direitos sexuais e reprodutivos e não exposição livre do racismo institucionalizado e da violência obstétrica:
- 8. A efetivação do direito à saúde, com a manutenção e aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando as especificidades da saúde da população negra, conforme definido no Estatuto da Igualdade Racial e estabelecido pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com aplicação dos recursos necessários, combate ao racismo institucional e investimento na promoção dos saberes das comunidades de terreiro, de práticas de cuidado e autocuidado, no acesso às tecnologias em saúde, na prevenção e promoção da saúde e ambiente saudável, com atenção especial à saúde mental;
- 9. A preservação, proteção, certificação e titulação, como garantias de propriedade e reconhecimento coletivos dos territórios quilombolas, assegurando recursos orçamentários para a elevação da qualidade de vida nesses quilombos e comunidades tradicionais de matrizes africanas; a proteção do patrimônio genético de comunidades

quilombolas e tradicionais; além da difusão dos modos de vidas comunitários e ancestrais reconhecidos como patrimônio por suas práticas e saberes;

10. A garantia do direito de consulta prévia, livre e informada às comunidades quilombolas, dos rios, das florestas e de terreiro, de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a respeito de todas as medidas legislativas e administrativas que afetem direta ou indiretamente seus direitos, sobretudo aquelas relacionadas a grandes empreendimentos que afetam seus territórios e modos de vida;

11. O direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade, em todos os níveis de ensino, com continuidade das leis de cotas e outras políticas de ação afirmativa voltadas ao acesso e à permanência de estudantes negras e negros nas universidades, instituições de ensino básico, técnico e tecnológico, concursos públicos, sistema de justiça e sua extensão a programas de pós-graduação, estágios, residências, concursos docentes e bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado e a outras formas de acesso aos processos de pesquisa e desenvolvimento;

12. A efetivação e o monitoramento, desde a educação infantil, do cumprimento do artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Resolução 01/2004 do Conselho Nacional de Educação e das Diretri-

zes Nacionais Curriculares para o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que tornaram obrigatório, em todos os níveis de ensino, o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira, a partir da Lei 10.639/2003;

13. A garantia da oferta de educação escolar quilombola, respeitando-se as diretrizes específicas já estabelecidas e as realidades dessas comunidades; 14. A oferta de educação de jovens e adultos a pessoas negras, tanto para a alfabetização de toda a população, como na promoção da escolarização alternativa ao ensino regular, que atenda às demandas específicas das diferentes fases da vida de negras e negros;

15. A cobrança da coleta, análise, publicação e disseminação de dados estatísticos confiáveis em níveis local, regional e nacional sobre a população negra, baseadas no princípio da autodeclaração; a defesa do Censo 2020, incluindo a dotação orçamentária adequada para sua realização, sem cortes relacionados à produção de indicadores fundamentais à elaboração de políticas sociais, de ações afirmativas e eliminação das desigualdades étnico/raciais;

16. A criação de uma nova política/lei nacional de drogas que regule e descriminalize o uso e comércio de drogas no Brasil, estabelecendo políticas econômicas de reparação para pessoas, famílias e territórios atingidos pela

guerra às drogas e investindo em estratégias de cuidados tal qual as políticas de redução de danos;

17. O fim da militarização das políticas de segurança pública em nossas comunidades, para que se coíba o uso da violência racial que tem produzido altos índices de homicídios contra a população negra; a promoção de políticas de segurança pública baseadas em Direitos Humanos;

19. A erradicação do racismo ambiental com promoção de políticas que garantam o acesso universal das populações urbanas e rurais à moradia digna, à cidade, à terra, à água potável, ao saneamento básico; bem como a promoção da soberania alimentar e o acesso à alimentação saudável, adequada e com qualidade, livre de agrotóxicos e transgênicos, a defesa dos bens comuns e proteção contra a mercantilização dos recursos naturais – inclusive as águas e as florestas;

20. A garantia do princípio constitucional de liberdade de crença e proteção aos locais sagrados das religiões de matriz africana; a adoção de medidas eficientes de combate à intolerância religiosa e ao racismo religioso;

21. A participação efetiva de pessoas negras com trajetória junto a movimentos negros, comprometidas com a luta antirracista e com a defesa dos direitos humanos e da democracia na vida pública, incluindo a necessidade de representação equânime na política institucional;

22. O estímulo à candidaturas negras

do campo progressista, com vistas a disputa real de poder, bem como forma de praticar, em momentos eleitorais, o exercício da elevação da consciência da população negra sobre a importância do voto negro e da superação da desigualdade de representação política no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores e nos Executivos de todas instâncias;

23. A democratização e regulamentação da mídia; o fortalecimento da mídia negra, periférica e popular, encaminhamento e monitoramento das denúncias de publicação, circulação ou difusão, por qualquer forma e/ou meio de comunicação, inclusive a internet, de qualquer material racista ou racialmente discriminatório, incluindo abordagens e imagens que exponham, como expresso no Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), as pessoas e grupos ao ódio e ao desprezo e à intolerância por motivos fundados na religiosidade de matrizes africanas; 24. A erradicação do racismo institucional em todas as instâncias do sistema de justiça;

25. A defesa da livre manifestação e atuação dos movimentos sociais e a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos.

LGBTQIAP+: EM DEFESA DAS NOSSAS EXISTÊNCIAS E POR MAIS DIREITOS

O Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBTIAP+ no mundo. Além do assassinato, outras violências são vividas: depressão, desemprego, índices alarmantes de ISTs, expulsões de casa, agressões verbais, tortura, assassinato, estupros corretivos, abandono na velhice, entre outros.

Diante deste cenário, propomos:

- 1) Cidadania da população LGBTQIAP+ como política de todos os ministérios e políticas públicas, sem ser secundarizada ou negociada.
- 2) Estado laico, liberdade de crença e de não-crença e da igualdade de direitos e oportunidades para LGBTQIAP+.
- 3) Diálogo com as LGBTQIAP+, para elaboração e controle social de políticas públicas.
- 4) Defesa dos direitos LGBTQIAP+ na política externa do estado e estabelecimento de medidas de inclusão de migrantes LGBTQIAP+.

Direito à identidade e inclusão para pessoas trans e interssexuais

Pessoas trans são as principais vítimas dos crimes de ódio, constituem o grupo mais vulnerabilizado à epidemia de HIV/Aids, são estigmatizadas e também sofrem a exclusão e a discriminação no acesso à educação, à saúde,

ao emprego e à moradia. Por isso, propomos:

Prevenir e combater a discriminação e o preconceito contra as pessoas trans na infância e adolescência, na educação e na mídia.

Acolhimento, moradia e inclusão social para as pessoas trans expulsas de casa e/ou em situação de rua.

Ambulatórios trans para todas as grandes cidades, com disponibilidade de Tratamento Fora de Domicílio (TFD).

Atenção à população intersexual, garantindo autonomia sobre seus corpos, orientação das famílias e proteção de seus direitos.

Derrotar o preconceito, começando na escola

- O preconceito contra pessoas LGBTI+ começa na infância e na adolescência, contribuindo para a evasão escolar. Para evitar este problema, propomos:
- 1) Prevenir e enfrentar o bullying e a violência LGBTIfóbica e promover respeito e valorização da diversidade, com material de formação contra o preconceito, sobre diversidade de gênero e sexualidade para a preparação de educadores e estudantes.
- 2) Uso de nome social nas escolas e banheiros adequados à identidade de gênero auto percebida.
- 3) Programa estadual de prevenção do abandono escolar e de reinserção no sistema educativo, em todos os níveis; ações afirmativas para o acesso e permanência nas Instituições de Ensino Superior.

Emprego, renda e moradia

EMPREGO, RENDA E MORADIA

A LGBTQIAPfobia está a serviço do lucro e da manutenção do desemprego estrutural. Diversas empresas não contratam pessoas LGBTQIAP+ e é comum que, quando se assumem, jovens LGBTQIAP+ sejam vítimas da expulsão de seus lares. Muitos locatários se recusam a firmar contrato com LGBTQIAP+. E para quem não pode pagar ou cumprir as exigências, especialmente pessoas trans, o destino é viver na rua. Por isso, propomos:

- Programas de assistência social, orientação e formação técnica e profissional; campanhas de valorização do emprego trans..
- Cotas no serviço público para travestis e pessoas trans; cotas de diversidade sexual e de gênero em empresas.
- 3) Produzir dados sobre pessoas LGBATIAP+ em situação de rua e articular as políticas de assistência social e habitação, com unidades de acolhimento e políticas afirmativas para habitação popular.

SEGURANÇA: VIDAS LGBTQIAP+IMPORTAM!

Além de ser um dos países que mais mata pessoas LGBTQIAP+ no mundo, a violência contra a comunidade, somada às experiência de racismo estrutural, expõe as pessoas LGBTQIAP+ a uma das polícias mais assassinas e violentas do mundo. Por isso, propo-

mos:

- Capacitação e treinamento das polícias e forças de segurança, a respeito da diversidade sexual.
- 2) Inclusão da motivação de discriminação por identidade de gênero e orientação sexual nos protocolos de atendimentos da Segurança Pública, com produção de estatísticas regionais.
- 3) Debate sobre projetos que visam a criminalização da LGBTQIAPfobia, pelo reconhecimento da "motivação torpe" como agravante para os casos de violência contra LGBTQIAP+.
- 4) Espaços de vivência específica para pessoas trans nos presídios, como opção voluntária.

SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

A falta de preparo de muitos profissionais de saúde para lidar com as pessoas LGBTI+, pouca abrangência de serviços, como o processo transexualizador, e o desmantelamento, no governo Bolsonaro, de políticas de prevenção da epidemia de HIV/Aids, são desafios urgentes. Por isso, propomos:

1) Saúde integral das mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans, articulando com as instituições de formação de profissionais da saúde, combatendo a violência ginecológica e obstétrica.

- 2) Atenção integral à saúde de trabalhadores e trabalhadoras sexuais.
- 3) Prevenção ao suicídio de pessoas

- 4) Despatologização das identidades LGBTQIAP+, fim das "comunidades terapêuticas", das intervenções corporais indevidas em pessoas intersexo, das internações forçadas e dos tratamentos anticientíficos para a dita "cura gay".
- 5) Combate ao HIV, políticas específicas para a população negra, campesina e indígena, combatendo a mortalidade por aids e coinfecções.
- 6) Garantir o atendimento do SUS às pessoas trans, com capacitação dos profissionais de saúde e insumos adequados, e demais questões para o processo de hormonioterapia e procedimentos cirúrgicos de afirmação de gênero.

JUVENTUDES COM DIGNIDADE

A juventude tocantinense é uma juventude trabalhadora e, ao mesmo tempo, foi a parcela mais afetada pelo disparo nos índices de desemprego na pandemia. As profundas transformações na cadeia produtiva internacional devido ao conjunto de crises empurraram o Brasil ainda mais para uma posição de subserviência. E a principal diretriz da reforma trabalhista - costurada pelos maiores setores da burguesia brasileira em conjunto com os partidos de direita e o centrão - se baseava em "flexibilizar" as relações de trabalho para, dessa forma, empregar mais gente e mais jovens. O impacto gerado foi o

oposto, além de não reverter os números. A taxa geral de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos bateu 31% em agosto de 2021.

O desemprego, precarização e alta rotatividade pressionam até as perspectivas educacionais dos jovens e geram um ciclo vicioso. Ao não conseguir conciliar trabalho e estudo, muitos abandonam a escola ou perdem o emprego. Para as jovens mulheres a situação ainda é mais difícil, pois são cobradas de conciliar com os cuidados domésticos. Isso empurra a nova geração para a faixa de 22,1% que acabam sem estudo e sem trabalho. A aposentadoria, então, se tornou um sonho mais longínquo ainda.

Para devolver o direito ao futuro às juventudes brasileiras - levando em conta nossas particularidades no estado do tocantins, necessidades e anseios - precisamos dar oportunidade e estrutura para que essa nova geração possa se desenvolver.

Programas focados no primeiro emprego (sem que a exigência da experiência prévia seja uma barreira), incentivos fiscais para a contratação de jovens, bolsas de apoio para que seja possível concluir os estudos e ter experiências profissionais. Nesse sentido, propomos:

1. Política Estadual de Emprego Decente para a Juventude: Construir um plano de desenvolvimento nacional sustentável, apoiado na produção científica nacional, fomentando setores econômicos estratégicos como tecnologia, turismo, cultura e meio-ambiente, conectado com a vocação local, que gere oportunidades dignas de trabalho aos jovens, considerando sua diversidade de gênero, raça e orientação sexual.

2. Ampliar a inserção do jovem no mundo do trabalho: Efetivar e fortalecer a Lei do Jovem Aprendiz. Apontar para que o país atinja o mínimo de contratação, de 5%, aumentando progressivamente para efetivar os 15% permitidos em lei, que geraria aproximadamente 2,7 milhões de jovens com uma primeira experiência, com direitos trabalhistas garantidos e conciliação trabalho e educação.

- 4. Tecnologia à favor do povo: construção de pólos de formação tecnológica para jovens de baixa renda, como ferramenta de emancipação, autonomia pessoal e reposicionamento nacional.

 5. Participação política e tomada de decisão: Retomar as Conferências Nacionais Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente com a finalidade de formar a juventude através de uma participação ativa de movimentos do campo, da cidade, das florestas e dos rios na formulação de políticas ambientais e climáticas.
- 6. Bolsa permanência e transição para o mercado de trabalho: Assegurar uma bolsa de suporte de R\$ 440,00 reais para jovens de 16 a 21 anos, com o objetivo de colaborar com a conclusão do Ensino Médio e a inserção segura no mundo do trabalho. Jovens perten-

centes a famílias com até 3 salários mínimos terão o direito. A bolsa terá a duração de 4 anos, atravessará o período do Ensino Médio e permanecerá por mais um ano, com o objetivo de apoiar os estudantes na transição da escola para o mundo do trabalho. A condição é que o jovem esteja na escola e após o término, participe de um curso prévestibular ou de formação técnica, profissionalizante ou acadêmica.

- 7. Educação do campo, das florestas, dos rios: Efetivar a educação do campo e em comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas afastadas dos grandes centros urbanos, pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis e modalidades de ensino. Garantir também, com uma perspectiva interdisciplinar, aos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas a valorização de seus respectivos modos de vida, organização, linguagens e culturas.
- 8. Subsídio estadual ao passe livre estudantil irrestrito para jovens até 29 anos, em parceria com os estados e municípios para a garantia da mobilidade urbana.
- 9. Promover estruturas públicas de cultura, lazer e esportes para a juventude, visando garantir que a juventude tenha em seus diferentes territórios espaços públicos. de cultura e lazer
- 10. Constituir um recorte de juventude nas políticas habitacionais (estadual e municipal) que considere como critério de acesso a coabitação familiar, gerando estímulo para que famílias jovens possam acessar os programas

(sobretudo a população LGBTI+);

11. Fortalecer coletivos e movimentos juvenis não institucionalizados, por meio da produção de uma cartografia do ativismo no estado, com o apoio à criação de fóruns e redes e a movimentos e coletivos juvenis, por meio de editais descentralizados e que não exijam a formalização jurídica.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA POLÍTICA QUE SEJA D E M O C R Á T I C A, TRANSVERSAL E INCLUSIVA

No início de nossa civilização, a deficiência era atribuída a castigos divinos e fenômenos sobrenaturais. Às pessoas com deficiência restavam o abandono, o encarceramento ou a eliminação. Posteriormente, iniciou-se a fase caritativa da proteção, prevalecendo ainda a desqualificação da diferença e a limitação das potencialidades daqueles que se desviavam da "normalidade". Nesse período, surgiram as instituições de "atendimento especial", ainda de caráter segregador, mas, naquele momento, necessárias. Emergiu, também, o chamado "modelo médico", que considera a deficiência como um problema da pessoa, a ser resolvido com tratamentos de saúde para a adaptação da pessoa ao meio. A partir da década de 1960, surgiu o movimento de integração, que já pregava a inserção social, mas desde que o indivíduo pudesse adaptar-se ao meio.

Hoje, o "modelo social" considera a deficiência como expressão da diversidade humana, colocando-a no âmbito da afirmação de direitos e da luta pelo fim do capacitismo. Assim, não é o sujeito que precisa adaptar-se à sociedade, mas a sociedade é que precisa adaptar-se às especificidades dos indivíduos.

PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA

Em todo o país, as pessoas com deficiência encontram-se em situação de segregação e distanciamento do poder público, bem como fora dos padrões de produtividade, funcionalidade, eficiência e beleza.

É imprescindível que a gestão do Governo Estadual nessa área temática seja popular, democrática, transversal, anticapacitista e inclusiva. Nesse sentido propomos:

- 1. Elaborar uma POLÍTICA ESTADUAL PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, caracterizada como "política de estado", que, como tal, será permanente e fundamentada na Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU.
- 3. Fortalecer e fomentar o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da

Pessoa com Deficiência - COEDE com uma instância de controle social e monitoramento de políticas públicas das pessoas com deficiência, regulamentada por lei e representativa dos diversos movimentos de pessoas com deficiência.

4. Garantir a acessibilidade arquitetônica, digital e comunicacional em todos os espaços e serviços públicos e privados, destinando recursos para ações que garantam o acesso das pessoas com deficiência a todas as políticas públicas.

RESTABELECER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: TERRA, VIDA E OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

Os povos indígenas e quilombolas têm buscado seu fortalecimento a partir do movimento social organizado em entidades estaduais e associações regionais, mas também pelo futuro de todos e todas os tocantinenses e pela humanidade. Os principais eixos reivindicados pela população indígena do Tocantins e pelos quais a luta será permanente, até que sejam totalmente conquistados, são os seguintes.

Reconstrução de políticas e institui-

ções indígenas e quilombolas

- 1) Promover a assistência integral à saúde indígena e à educação bilíngue, respeitando as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas e quilombolas.
- 2) Propor medidas legislativas e administrativas que estabeleçam mecanismos de rastreabilidade de produtos, em respeito à devida diligência, para garantir que não sejam resultantes de conflitos territoriais, explorações ilegais de terras indígenas, quilomboas e áreas ilegalmente degradadas.
- 3) Reconhecer a contribuição dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais na preservação da biodiversidade tocantinense, criando mecanismos de reconhecimento pelo serviço ambiental prestado e incentivando iniciativas indígenas e quilombolas, como as brigadas indígenas e quilombolas anti-incêndio.



SOBERANIA ALIMEN-TAR: ERRADICAR A FOME ATRAVÉS DA REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR

No Tocantins, segundo dados do IBGE, mais da metade dos lares tocantinenses passam por algum nível de insegurança alimentar. É estarrecedor que no nosso Estado haja dentro desse contingente, um número de 43 mil famílias sobrevivendo com uma renda de R\$ 102 a R\$ 210 mensais. Nesse sentido, reconhecemos a necessidade de combinar políticas emergenciais, que visam dar acesso ao alimento no curto prazo para famílias em vulnerabilidade, e ações reestruturantes, por meio das quais será possível alcançar uma mudança efetiva e permanente do quadro atual.

Ações emergenciais de assistência alimentar

1) Construção e financiamento de cozinhas comunitárias populares autogeridas. As cozinhas que estão em operação, construídas pela sociedade civil, deverão ser financiadas para melhoria de equipamentos, pagamento das trabalhadoras e trabalhadores e fornecimento de alimentos. Esse fomento se dará a partir da criação de editais específicos, além da criação de outros editais para a construção de novas cozinhas populares em todo o território Estadual.

- 2) Manutenção e ampliação dos programas de distribuição de cestas de alimentos nutricionalmente adequadas, baseados em alimentos in natura e minimamente processados e, que respeitem os hábitos alimentares dos beneficiários, com prioridade para as famílias que ainda não acessaram programas de transferência de renda e/ou cuja renda per capita seja inferior a 1 salário mínimo.
- 3) Ampliação e fortalecimento da rede de bancos de alimentos, sejam eles públicos ou de iniciativa privada com interesse público. O programa deve ainda garantir de que os alimentos distribuídos sejam nutricionalmente adequados e que respeitem os hábitos alimentares dos beneficiários.
- 4) Criação de um programa de distribuição de gás para as famílias de baixa renda. Gratuito para aquelas cuja renda per capita seja inferior a 1 salário mínimo e subsidiado para aquelas cuja renda seja de até 2 salários.
- 5) Ampliação e implementação dos projetos de pias, bebedouros e banheiros públicos em toda área dos municípios, não apenas nas áreas comerciais e centrais.
- 6) Programas de fomento para a capacitação e formalização de organizações de assistência social e alimentar

e centrais.

- 6) Programas de fomento para a capacitação e formalização de organizações de assistência social e alimentar
 e de agricultura urbana para que possam participar de editais. A partir desse programa, estimular a implantação
 de hortas, pomares e quintais urbanos
 que priorizem práticas agroecológicas
 e participação popular através de financiamento público.
- 7) Ampliação dos recursos destinados à alimentação da população carcerária e fiscalização do cumprimento dos contratos com as empresas fornecedoras e/ou das cozinhas existentes nas unidades prisionais.
- 8) Garantir a infraestrutura adequada e saudável para uma alimentação escolar de qualidade, em parceria com as famílias dos estudantes e produtores locais.

DIREITO À MORADIA E DIREITO À CIDADE

Se há um acordo sobre colocar o povo no centro das decisões sobre políticas e orçamento, grande parte desse desafio está em investir na política urbana. Este desafio apresenta três urgências. A primeira, enfrentar a lógica de desigualdades e violências urbanas, das quais nossas cidades são o mais perfeito retrato. As precariedades sob as quais vivem as trabalhadoras e trabalhadores, mulheres, a população negra, juventude, crianças, idosos,

pessoas com deficiência, população LGBTI+ e indígenas precisam ser enfrentadas prioritariamente.

Nesse sentido, a moradia digna perpassa necessariamente pela composição de serviços públicos, tais como educação e saúde, a estruturação de equipamentos urbanos essenciais. Assim, propomos:

- 1) Coletar dados desagregados por sexo, raça, identidade de gênero ao longo de processos de análise de situação, consultas, tomada de decisões, formulação de políticas, planejamento, implementação e monitoramento e avaliação de projetos.
- 2) Ampliar o planejamento dos espaços e equipamentos públicos seguros e voltados para as necessidades dessas populações.
- 3) Construir uma perspectiva de mobilidade como direito, com uma política tarifária que permita o acesso aos serviços. mas também pense sua modelagem
- 4) Universalizar o acesso à infraestrutura urbana e a articulação das demais políticas públicas nos territórios, em diálogo com demandas desses segmentos.
- 5) Promover a posse segura da terra e da habitação priorizando esses setores.
- 6) Fortalecimento de organizações populares voltadas para produzir soluções e de espaços de participação popular.

EDUCAÇÃO PÚBLICA E DEMOCRÁTICA PARA TODOS E TODAS

O princípio estruturante da nossa proposta de governo é a garantia do preceito constitucional da educação como um direito e um dever do Estado. Defendemos a valorização da escola como espaço de reelaborações de conhecimentos socialmente úteis. Em quaisquer dos seus níveis e etapas, o processo educativo deve favorecer que os educandos possam ler e compreender os mundos físico e social para que possam agir para modificálos em benefício de todos. São princípios deste programa:

Por uma política de avaliações que considere as realidades socioeducativas diferenciadas das comunidades escolares: Defendemos uma avaliação que incorpore indicadores pautados nas condições de infraestrutura das escolas, no repertório de recursos pedagógicos disponíveis para os profissionais da educação e nos perfis socioeconômicos das comunidades escolares, dentre outros.

Por uma educação democrática: para que os trabalhadores atuem mais diretamente na construção de uma sociedade justa, igualitária, livre e fraterna, é preciso que a democracia esteja institucionalmente consolidada, associada a um processo de contínua ampliação,

de modo a favorecer a inserção, na vida política, de atores sociais, até então excluídos, e a educação tem papel importante nesses processos.

Pela valorização dos profissionais da Educação: garantir, em todas as redes públicas de educação básica, no mínimo, o efetivo cumprimento da lei do piso salarial nacional para o magistério e inclusão dos demais profissionais em educação na mesma, associado a planos de cargos e carreiras e política de formação.

Pela garantia dos recursos necessários para a educação: É preciso superar a lógica da destinação apenas de recursos possíveis para a educação, orientando os orçamentos pelos recursos necessários para a garantia de uma educação de qualidade.

Pela destinação dos recursos públicos, exclusivamente, para as escolas públicas: O Estado deve cumprir o papel de financiar a educação pública. Proposições

I. Por uma educação para todas e todos

- a) ampliar as vagas em creches e criar programas de creches noturnas
- b) universalizar o atendimento na préescola, no ensino fundamental e no ensino médio, com atenção especial às escolas do campo, às escolas quilombolas e às escolas diferenciadas indígenas
- c) matricular na EJA todos que dela necessitam

- d) ampliar as vagas na educação profissional e tecnológica
- e) aumentar as vagas no ensino superior, tanto na graduação, quanto na pós-graduação
- II. Pela valorização da escola como espaço de reelaborações de conhecimentos socialmente úteis
- a) combater propostas de ideologização da educação, como o projeto Escola Sem Partido e as escolas cívico--militares
- b) efetivar a implantação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 (obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena).
- IV. Por uma educação democrática
- a) Adotar políticas públicas que fortaleçam o caráter público, gratuito, pluralista, laico, inclusivo e democrático dos sistemas escolares brasileiros
- b) Instalar processos de escolhas de diretores das escolas, a partir de consultas feitas com a participação da comunidade escolar
- c) Instalar instâncias colegiadas, escolhidas através de consultas às comunidades escolares, que terão a função de definição das políticas de cada unidade escolar
- d) Formular políticas públicas dos sistemas municipais de educação a partir de processos conferenciais, com ampla participação das comunidades escolares

V. Pela garantia dos recursos necessários para a educação

- a) instituir o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), segundo parâmetros propostos na Resolução 8/2010, aprovada na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação
- b) defender um valor de piso salarial estadual compatível com o salário mínimo definido pelo DIEESE e definir parâmetros de carreira para os demais trabalhadores da educação.
- c) Garantir a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil para a merenda escolar em suas diversas modalidades de ensino, oportunizando a aquisição de produtos alimentícios com qualidade nutricional adequada e livres de transgenia.
- VI. destinação dos recursos públicos, exclusivamente, para as escolas públicas
- a) Revogar todos os mecanismos que permitam a terceirização e a privatização da educação básica.
- b) Retomar os compromissos que destinam os recursos oriundos da exploração do Pré-Sal à educação brasileira.
 VII. Proposta para a educação superior
- a) pela autonomia financeira, administrativa e de gestão das instituições públicas de ensino em todos os níveis.
- b) Fortalecer e ampliar o Programa de Bolsas de Permanência Estudantil nas IES no atendimento a estudantes indígenas, quilombolas e de populações tradicionais.

POR UMA SAÚDE PÚBLICA DO TAMANHO DO POVO TOCANTINENSE

O PSOL se pauta historicamente pela defesa e ampliação do Sistema Único de Saúde, público, estatal, descentralizado e intersetorial. O partido se pauta historicamente por alternativas coerentes e objetivas como projeto para o país, sob a soberania dos interesses das classes trabalhadoras, tendo como centro a luta e construção por um SUS maior, 100% público, estatal, descentralizado e intersetorial.

Consideramos que os processos geradores das condições de vida e dos fenômenos inerentes à saúde, ao bem estar e adoecimento das populações, são determinados e condicionados social, territorial e economicamente. Assim, a Saúde é resultante dos processos que impactam o dia a dia de cada trabalhadora e trabalhador: as condições de moradia (favelas, ocupações, aldeias, quilombos); o sistema de transporte; a violência cotidiana; as condições e direitos trabalhistas; o acesso à educação e seus padrões de qualidade; as implicações estruturais de desigualdade relativas a raça, cor, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, entre outros.

A identificação e o enfrentamento de cada um desses elementos são fun-

damentais para garantir condições mínimas e dignas de vida para toda população, mas precisam ser permanentemente entendidos e articulados como partes dinâmicas de uma totalidade social concreta, que se materializa no modo de produção capitalista. É só pela reafirmação permanente da luta pelo direito à saúde e sob a compreensão ampliada do processo de produção social da vida que devemos orientar as políticas que definem as práticas sanitárias e o sistema que as organiza. O SUS é um legado das lutas pela construção de um sistema de saúde público e ampliado, articulado com a busca das mudanças estruturais que superem a sociedade capitalista, produtora de adoecimento e mal estar, sintetizado na consigna "Saúde, Democracia e Socialismo".

Com a pandemia, tragédia que ganhou contornos de genocídio diante da condução política do país crises econômicas e sanitárias geradas pela pandemia têm sido gravíssimas, agudizando a crônica concentração de riqueza e poder. O aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas geradas pelo momento atual deixam à classe trabalhadora condições de vida e de saúde muito piores. E provoca no SUS uma das mais graves crises desde sua existência.

A luta pela vida e pela saúde neste momento assume ainda mais e múltiplos sentidos: fortalecer o SUS, reverter a estrutura social e econômica capitalista que suga a vida dos trabalhadores, conter a covid-19 e deter Bolsonaro. Não seremos capazes de salvar vidas se negligenciarmos qualquer um desses necessários desafios para a luta socialista.

A saúde e o SUS como políticas e soberania popular

- 1) Concretizar uma Vigilância em Saúde participativa com reconhecimento de saberes do cotidiano de populações vulnerabilizadas, originárias, tradicionais, do campo, água e florestas; para respostas rápidas pelo poder público no qual o povo é protagonista da transformação
- 2) Ampliar a inserção e incidência política nos espaços já constituídos de Conferências e Conselhos de Saúde

Rede de saúde forte, organizada, diversa e integral

- 1) Expandir a Atenção Básica como organizadora da rede, instituindo equipes multiprofissionais segundo necessidades de saúde territoriais (Saúde da Família, Saúde Bucal, Saúde Mental, Saúde do Trabalhador, Consultório na/de Rua, entre outros)
- 2) Vetar verbas públicas em comunidades terapêuticas e extingui-las da Rede de Atenção Psicossocial, com a retomada da Política de Redução de Danos e ampliação de serviços especializados como CAPS, RTs, Unidades de Acolhimento adulto e infantil, Centros de Convivência, entre outros.

- 3) Ampliar o Programa de Desinstitucionalização, para o fim das internações psiquiátricas em manicômios e expansão de ações de cultura, lazer, esportes e educação, com consolidação de uma rede substitutiva.
- 4) Territorializar a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast) na Atenção Básica com equipes sentinelas para os problemas relacionados ao trabalho com expansão dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CRSTs) municipais.
- 5) Fortalecer a RAS na área secundária e terciária, com construções de unidades, seguindo as demandas regionais e publicização da fila de espera.

Soberania do SUS e saúde 100% estatal

- 1) Ampliar as formas de gestão pública e estatal com a superação dos limites da LRF e 8.666 para a gestão do SUS, superando os modelos de gestão privatizantes, empresariais e de pouca transparência (OSSs, OSCIPs, EB-SERH, ADAPS, PPPs, entre outros)
- 2) Suspender a participação no Brasil de investidores financeiros e estrangeiros no capital de planos de saúde, grupos hospitalares e de diagnóstico.
- 4) Incentivar a produção de insumos básicos, medicamentos, pesquisa e todo os ciclos de produção para maior autonomia e suficiência no Estado.

O trabalho na Saúde

O trabalho na Saúde

1) Ampliar as trabalhadoras e trabalhadores do SUS com melhora da remuneração e distribuição de profissionais, garantindo estabilidade por meio de vínculo público, progressão e mobilidade entre funções e níveis do sistema.

2) Ampliar, fortalecer e criar programas e estratégias de formação da força de trabalho do SUS em todos os níveis, do trabalhador técnico às residências multiprofissionais, através de instituições públicas, orientado pelas necessidades sanitárias e para fortalecimento das redes de cuidados, vigilância e gestão do SUS, e qualificando o atendimento para populações negras, LGB-TI+, PcD para não reproduzir opressões garantir acessos sem barreiras.

SEGURANÇA PÚBLI-CA: UM MODELO DE SEGURANÇA CIDADÃ A SERVIÇO DA VIDA E DA DIGNIDADE

O desafio principal de repensar a segurança pública é de desfazer a ideia de segurança como a ausência de conflitos. Os graves conflitos sociais que enfrentamos são inerentes à estrutura capitalista, racista e machista que se sustenta na manutenção da desigualdade entre as classes e as pessoas

que as compõem, com toda sua diversidade. Na esquerda, compreendemos fortemente que não será a repressão policial, o aumento do encarceramento, a privatização da segurança pública ou a atuação das Forças Armadas que trarão condições melhores de vida para a classe trabalhadora, que inclui pessoas cada vez mais precarizadas, na informalidade, desempregados e despossuídos de direitos, inclusive o de existir. Porém, a redução da desigualdade mediante a efetivação de políticas públicas são pilares fundamentais para assegurar a dignidade humana, princípio fundamental da garantia e da preservação dos direitos humanos, entendidos como processos históricos de luta por dignidade. É necessário assegurar equipamentos públicos de qualidade voltados para a difusão de atividades sociais, culturais, de saúde e educação nas regiões mais vulneráveis e nas manchas territoriais com maior incidência de homicídios. Lutar contra a criminalização da pobreza e das organizações populares. Implementar políticas de redução de danos, saúde pública e oferta de empregos voltadas para situações de uso problemático de drogas. Combater a violência contra mulheres, negros, indígenas, LGBT+ e todos os demais grupos vítimas de preconceito e segregação. Estabelecer parcerias e convênios com o governo Estadual para implantar protocolos de uma abordagem cidadã e comunitária das polícias. Importante salientar que será necessário priorizar o caráter comunitário da força de segurança municipal para garantir a redução da criminalidade, especialmente pela importância e apelo à integração de suas ações com a população. Diante desse quadro, apresentamos as propostas para o campo da segurança.

Por uma política de Desencarceramento

Orientar a estrutura de segurança pública do Estado à Agenda Nacional pelo Desencarceramento, propondo:

- Redução da população prisional e das violências produzidas pelo sistema prisional no Estado
- 2) Investimento em políticas sociais de prevenção do delito com políticas de educação, saúde, trabalho e renda, moradia e lazer, tendo como público alvo jovens das periferias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com o devido recorte de gênero, raça e etnia.
- Desencarceramento de mulheres, em sua maioria, condenadas por tráfico de drogas.
- 4) Limitação de prisões preventivas, e efetivação de medidas alternativas já previstas em lei (Lei n. 12.403/11).
- 5) Fortalecimento das Centrais de Penas alternativas e das Defensorias Públicas Estaduais, que devem ter autonomia financeira com recursos semelhantes aos do Ministério Público.
- 6) Efetivação da doutrina da proteção integral no sistema socioeducativo

para garantir o direito ao futuro dos jovens em conflito com a lei, e defesa da manutenção da maioridade penal aos 18 anos.

- 7) Garantia dos direitos humanos da população prisional, com especificidades para as mulheres e população LGBTI, e ampliação das garantias penais.
- 8) Proibição de superlotação prisional, criação de mecanismos de participação popular e fortalecimento dos Conselhos da Comunidade.
- 9) Vedação das privatizações de presídios e de projetos de parceria público-privada e da "Gestão Compartilhada" de penitenciárias, tal como proposto em São Paulo.
- 10) Fortalecimento dos Mecanismos Nacional e dos Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura.
- 11) Fortalecimento de políticas e programas de reinserção e apoio a egressos e egressas do sistema penitenciário. Por uma política de drogas com foco na

saúde pública e nos direitos humanos O debate sobre política de drogas deve ser pautado com base no direito à saúde pública e no investimento em prevenção e na redução de danos. Décadas de proibição não tiveram nenhum impacto na redução da demanda ou da oferta de drogas e aumentaram os danos causados em decorrência do abuso de determinadas substâncias.

A "guerra às drogas", a pretexto de se proteger a saúde pública, por meio da criminalização de substâncias e do controle militarizado de territórios e de populações racializadas e marginalizadas justifica a alta letalidade policial, que gera um lucro desenfreado em um comércio sem qualquer controle ou cobrança de impostos, incrementando negócios relacionados à segurança pública e privada e ao tráfico de armas. Por isso, propomos:

- 1) Regulamentação das estratégias de redução de danos.
- 2) Adoção de políticas de reparação aos danos causados pela "guerra às drogas", em especial para a população negra, afetada pela repressão e pela letalidade policial.
- 3) Garantir o investimento em políticas públicas de saúde e assistência.
- 4) Ampliar os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

Redução da Letalidade Policial e Desmilitarização da Polícia

A dura realidade no cotidiano de milhares de meninos e meninas, na sua maioria negros filhos de mãe solo adolescentes e jovens mostra abandono e descaso. As periferias sofrem grande intervenção do Estado, mas quase que exclusivamente por políticas de controle, vigilância e repressão. Na maioria das periferias não há políticas públicas nem equipamentos de arte, cultura, esporte e lazer, são praticamente inexistentes equipamentos de assistência e saúde, não há sequer saneamento básico, infraestrutura de transporte de qualidade à disposição da população,

principalmente nos finais de semana. Assim, ocorre o "controle" dos corpos indesejáveis nas áreas consideradas nobres principalmente nos finais de semana.

Sob nenhuma hipótese devemos reforçar o discurso de oposição entre segurança pública e direitos humanos. Se defendemos que o paradigma da segurança está fundamentado na promoção e proteção da vida e da dignidade e de todos os direitos humanos, é necessário que o próprio profissional de segurança também se identifique como trabalhador e tenha seus direitos humanos garantidos. A lógica da guerra precisa ser superada.

Nesse sentido, propomos:

- 1) Aprimoramento do controle externo das atividades policiais.
- 2) Fortalecimento de Ouvidorias, Corregedorias externas e instalação das controladorias gerais (integradas).
- 3) Ampliação da participação da sociedade civil nos Conselhos de Segurança Pública, na formação das polícias e sobretudo na militar, regulações sobre o trabalho diário da Polícia Civil, hoje basicamente norteado pela inquisitorialidade do inquérito.
- 4) Adoção de políticas de redução da letalidade policial.
- 5) Capacitação e treinamento contínuo das polícias, especialmente em direitos humanos e atendimento a mulheres cis e trans.
- 6) Adoção de protocolos rígidos e transparentes para operações.
- 7) Condicionamento de repasse de re-

cursos aos órgãos de segurança pública ao devido respeito aos direitos humanos.

- 8) Criação de uma política pública integrada de apoio psicológico e indenização às vítimas da violência de Estado, por meio da criação de programas sociais e clínicas multidisciplinares de reparação psicossocial.
- 9) Adoção de Planos Estadua de redução de homicídios com os seguintes eixos: redução da taxa de homicídios e da letalidade policial; redução da vitimização de policiais; aumento do esclarecimento de crimes contra a vida: adoção de políticas públicas afirmativas em áreas com altas taxas de violência juvenil; prevenção da violência doméstica e de gênero; adoção de câmeras nos uniformes das polícias com controle democrático e transparência. 10) Eliminação efetiva dos chamados autos de resistência e comunicação imediata da ocorrência de crime aos órgãos periciais.
- 13) Previsão legal de órgãos de peritagem independentes.
- 15) Controle rígido e fiscalização sobre armas e munições utilizadas pelas forças policiais.
- 16) Criação do Observatório Estadual sobre Violência, com participação popular, no âmbito da Assembléia Legislativa.

ESPORTE E LAZER: DEMOCRATIZAR O ACESSO, RECUPERAR A GESTÃO PÚBLICA E O CONCEITO DE DIREITO SOCIAL

É necessário democratizar o acesso ao esporte, lazer e práticas corporais, considerando que todos esses espaços devem apontar à emancipação humana. Para isso é essencial recuperar a gestão estatal do que é público, com eficiência, garantindo aportes financeiros e seu uso efetivo. Isso significa, na prática, ampliar as dimensões sociais do corpo e das práticas esportivas e de lazer. É necessário produzir políticas públicas voltadas ao acesso de todos os setores preteridos historicamente, como um direito social.

Assim, é possível reconhecer nas práticas esportivas e de lazer a oportunidade de reverter a razão normativa que estabelece a inferiorização dos corpos das mulheres, que inibe a livre expressão da diversidade sexual, que reprime violentamente a presença de pessoas transgêneras e intersexuais e que reforça estigmas racistas, passando, assim, de uma definição restritiva do corpo legítimo à pluralidade do uso legítimo do corpo.

I - Gestão pública do Esporte e Lazer:

A gestão pública do Esporte e Lazer requer um conjunto de medidas:

- 1) Reforçar o financiamento público direto para o esporte e lazer;
- 2) Destinar os gastos orçamentários exclusivamente para a garantia do esporte e lazer como direito, nos programas de fomento à vivência esportiva com fins educacionais e de participação;
- 3) Redefinir os gastos tributários, com diminuição progressiva de volume de recursos que não transitam pelo orçamento.
- 4) Concentrar a renúncia fiscal em projetos inclusivos e participativos e não dos interesses de patrocinadores e dirigentes.
- 5) Destinar os recursos extra orçamentários de empresas estatais para a garantia do esporte e lazer como direito e para a iniciação e para a excelência esportivas.
- 5) Exigir contrapartidas sociais dos recursos públicos e renúncias fiscais dos clubes com o estabelecimento de ingressos sociais, acessíveis à população de baixa renda.



MEIO AMBIENTE: UMA ALTERNATIVA ECOSSOCIALISTA PARA DETER O COLAPSO ECOLÓGICO

Sob o capitalismo, vivemos a soma de todas as crises expressas pelo colapso ecológico. No Brasil, sob contexto de capitalismo periférico, a produção é determinada de acordo com as demandas de países ricos e industrializados, enquanto avançam o genocídio dos povos e a conversão dos nossos territórios em zonas de sacrifício, processos que datam desde a colonização. O Tocantins é um exemplo dessa realidade. Portanto, propostas referentes ao meio ambiente necessitam ser transversais e horizontalizadas, já que a natureza não existe separada da sociedade humana e a interdependência entre nosso modo de vida e os ecossistemas consiste em uma questão de sobrevivência.

Enfatizamos a encruzilhada entre ecossocialismo ou extinção e, desde já, faz-se necessário incorporar medidas urgentes que reflitam nossas prioridades. Reconhecemos que é preciso mudar o sistema como um todo, para não mudar o clima de vez, mas há temas de transição que exigem atenção e execução imediata. A destruição desenfreada da natureza e o bolsonarismo se tornaram sinônimos muito bem

descritos pela passagem da boiada proposta pelo então ministro anti-meio ambiente Ricardo Salles. Todavia, um governo de esquerda no Tocantins não pode se contentar em apenas corrigir elementos de desmonte promovidos pelo governo Bolsonaro. As tarefas para conter o pior da crise ecológica são urgentes e exigem nacionalmente ousadia no que tange à propriedade da terra, à transição energética, à produção de bens e serviços e aos direitos da natureza num contexto de transformação social. Alguns dos pontos centrais que devem compor uma plataforma disposta a enfrentar as múltiplas crises:

- 1) Demarcação de territórios, Reforma Agrária Popular e Agroecológica: fortalecer e estimular a agricultura popular, sem veneno, nem transgênicos. Fortalecer a educação no campo, com atenção especial para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agraria (Pronera).
- 2) Desmatamento zero e manejo e restauração das florestas: construção de uma política pública para combater o desmatamento e as queimadas nos biomas que compõem o Tocantins; aumento da eficácia na fiscalização à atividade agropecuária e à grilagem de terra e o confisco de bens associados à crimes ambientais; estabelecimento de novas áreas protegidas; incentivos financeiros para aumentar a produtividade e alterar a matriz produtiva agropecuária; fortalecimento dos pro-

gramas de combate e prevenção de queimadas.

- 3) Bens comuns e direitos da natureza: reieição aos modelos de "economia verde" voltados a gerar novos mercados e lucros, como os da água, do carbono e da biodiversidade. Combate à apropriação privada dos territórios, aos megaprojetos e à mineração predatória. Gestão pública dos sistemas hídricos com reversão dos modelos de Parcerias Público-Privadas (PPPs), Fiscalização intensa do uso da água pelo agronegócio e mineração no estado, assim como o risco de contaminação de rios e lençóis freáticos; reconhecimento dos direitos da natureza, entendendo nossos biomas e ecossistemas como realizadores e reprodutores da vida, viabilizando as condições de sobrevivência humana; mudança de prioridade estratégica, com segurança hídrica garantida para a população.
- 4) Transição energética e produtiva: Incentivo a uma indústria comprometida com a reciclagem, logística reversa e a redução do uso de plástico e produtos de grande impacto ambiental; sistema de transportes baseado em modais coletivos e sobre trilhos, com prioridade para veículos elétricos coletivos que substituam o atual incentivo ao carro individual, a fim de construir um modelo de escoamento de cargas, transporte de pessoas de norte a sul do Tocantins e redução de trânsito e emissão de gás carbônico além de constituir patrimônio coletivo dos tocantinenses; Plano de sobera-

nia alimentar que acabe com a fome e a desnutrição; geração de energia solar e eólica descentralizada, como em residências e conjuntos habitacionais. Demarcação de territórios Indígenas e Quilombolas;

- 5) Reestatização da CELTINS sobre uma orientação de transição energética visando uma construção de uma infraestrutura energética pública solar e eólica;
- 6) Criação de programas de empregabilidade no setor de energia renovável; Alta taxação do agronegócio com fim dos subsídios

MINERAÇÃO: ROMPER COM O MODE-LO PREDATÓRIO, DEPENDENTE E AS-SASSINO

A mineração é uma chaga que marca a história tocantinense e seus efeitos alcançam de forma contundente a população trabalhadora, especialmente a negra, camponesa, indígena, quilombola e ribeirinha em nosso estado.

Neste sentido, propomos:

- 1) Garantia das áreas livres de mineração: proteção e proibição para que novos empreendimentos minerários operem. Pelo direito de dizer não à degradação ambiental. Pelo direito de dizer sim à preservação dos ecossistemas.
- Promover a autodeterminação das comunidades quanto à escolha acerca da mineração ou não em seus territórios; respeito às consultas prévias,

Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

- 3) Rompimento com a minero-dependência e construção de alternativas transicionais de emprego e renda para áreas mineradas.
- 4) Fiscalização das atividades de trabalho na mineração, com ampliação do contingente de servidoras e servidores destinados à função.
- 5) Fortalecimento de movimentos sociais, em sua autonomia e independência, que intervém no tema da mineração em defesa dos interesses populares.
- 6) Criação de conselho popular deliberativo para mediar casos de conflitos socioambientais e fortalecimento, com intensificação da participação popular, de conselhos afetos a questões socioambientais e minerárias.



Democracia, instituições e relações internacionais

PROTAGONISMO: UM PROJETO DE RELAÇÕES EXTERNAS CONECTADO ÀS NECESSIDADES DOS TOCANTINENSES

É necessário projetar as potencialidades do estado do Tocantins de forma externa através de uma agenda institucional que dialogue com as necessidades locais e regionais para o desenvolvimento da população e as possibilidades de conexões proveitosas com outras nações. Por isso, propomos:

- 1) Promover o comércio exterior como forma de diversificação da economia do Estado, e buscar, uma descentralização da dependência das exportações da monocultura;
- 2) Promover a internacionalização de bens e serviços de pequenas e médias empresas do Tocantins;
- 3) Fomentar a Política Externa Tocantinense com países estratégicos de forma a atrair investimentos e buscar compradores internacionais para os produtos produzidos na região;
- 4) Buscar um avanço da integração inter latinoamericana para promover melhores relações que contribuam nos diferentes setores (educação, saúde, economia).
- 5) Trabalhar a Paradiplomacia do To-

- cantins de forma a desenvolver atividades externas e processos de implementação de cooperações, investimentos e aproximações que contribuam no desenvolvimento da infraestrutura e tecnologia do Estado.
- 5) Promover a internacionalização da agricultura familiar e colaborar ativamente na negociação e aprovação de um tratado vinculante em matéria de direitos humanos e empresas transnacionais dentro do Tocantins.
- 7) Democratizar a política externa tocantinense: Criar o Conselho Estadual de Política Externa, com ampla participação democrática da sociedade. Estabelecer diálogos com movimentos sociais e catalisar iniciativas de diplomacia de base.
- 8) Defender os direitos humanos e a autodeterminação dos povos: Ter voz internacional ativa a favor dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, com ênfase nos setores mais excluídos. Estabelecer mecanismos efetivos para o cumprimento de recomendações e decisões dos mecanismos internacionais de proteção e promover agendas de direitos sexuais e reprodutivos, defesa dos povos indígenas, quilombolas e pessoas LGBTQIAP+.

DIREITO AO FUTURO PROGRAMA DE GOVERNO TOCANTINS 2 0 2 2

fordine Joares Chares

Karoline Soares Chaves Candidata a Governadora Federação PSOL-REDE Tocantins